

## TÍTULO I

### DOS DISPOSITIVOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

**Art. 1º.** O presente documento versa sobre diretrizes institucionais no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense para a ~~substituição das~~ **realização** de atividades acadêmicas **não** presenciais, **após superado o pico pandêmico e ser alcançada a vacinação** nos cursos de educação básica e superior do IFSul, por atividades pedagógicas não presenciais fundamentadas nas normativas vigentes (ANEXO I) e nas pesquisas realizadas em cada unidade do IFSul durante a situação de pandemia da Covid-19.

**“ Faltam pesquisas direcionadas e que levem em conta a situação da saúde pública, o esgotamento e possível colapso desse sistema, além da falta de medicações adequadas. Além de contar com a bandeira se mostra perigoso, uma vez que ela tem sido modificada por pressão política.”**

**Art .Extra Xº.** Para que seja garantido um do processo de participação democrática da comunidade acadêmica, em cada campus será criada “Comissões dos segmentos acadêmicos”, tais como: Participação de grupos de professores de diferentes cursos e coordenadorias, representação estudantil (eleitos pela representação estudantil), comissão de apoio social e inclusão digital, ampla divulgação para a comunidade Acadêmica e familiares.

## TÍTULO II

### DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

**Art. 2º.** No desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais no IFSul, deverão ser considerados nos processos de ensino e de aprendizagem, os seguintes princípios norteadores:

- I.** Preservação da saúde física e mental de todos os estudantes e servidores;

- II. Acessibilidade (exceto presencial mesmo e protocolos em 2020, tendo em vista as projeções matemáticas e de saúde coletiva, e inclusão, inclusive digital e para todos que se encontram em vulnerabilidade social (100%); [L] [SEP]
- III. O acesso, a permanência e o êxito de estudantes; [L] [SEP]
- IV. A garantia da qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem; [L] [SEP]
- V. Histórica e reconhecida qualidade dos cursos presenciais. [L] [SEP]

### TÍTULO III [L] [SEP]

#### DA DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS

**Art. 3º.** As atividades não presenciais podem ser ofertadas por meio digitais, ou não. Podem ser ministradas, por exemplo, por meio de videoaulas, de conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem e pelas redes sociais, canal de televisão (tv educação, utilizando da estrutura da UFPEL), via rádio, entre outros ; pela adoção de materiais didáticos impressos e distribuídos aos alunos e seus pais ou responsáveis com atividades quinzenais ou mensais; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados em materiais didáticos

**§ 1º.** No contexto do IFSul, atividades pedagógicas não presenciais, sem mediação por tecnologias digitais poderão ocorrer, excepcionalmente, havendo recomendação da coordenação de curso, da equipe pedagógica e aprovação pela equipe diretiva de Câmpus ou do Centro de Referência em Educação Profissional e Tecnológica. Desde que não sejam presenciais.

**§ 2º.** O IFSUL ~~moverá esforços para viabilizar~~ **garantirá a viabilidade de acesso e a recursos de tecnologia e informação** para estudantes em situação de vulnerabilidade social, visando atender às condições de qualidade do processo educativo no contexto de uso das APNPs.

## TÍTULO IV<sup>[1]</sup><sub>SEP</sub>

### DA FINALIDADE DAS APNPs

**Art. 4o.** Todos os cursos da educação básica como Cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs, EJA-FIC), técnicos de nível médio (EJA-EPT, integrados, concomitantes e subsequentes) e superiores (graduação e pós-graduação) **vão comprovar e atender o que foi dito no artigo 3 inciso 2-estão estarão** autorizados a usar metodologias de ensino ~~remoto~~ de tal forma que as atividades acadêmicas presenciais devem ser substituídas por atividades pedagógicas não presenciais (APNPs).

~~**Parágrafo único:** Atividades presenciais que não possam ser substituídas na sua totalidade, devem ser substituídas parcialmente, no presente momento por APNPs.~~

**\*Parágrafo único:** O IFSul, através de Comissão paritária a qual será composta por professores de diferentes cursos e coordenadorias mais a presença da representação estudantil eleitos pelas Representações estudantis, avaliarão a adequação da proposta de cada curso para realização das atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) previstas no caput.\*

**Art. 5o.** O uso das APNPs ~~deverão~~ **deverá garantir**, a todos os estudantes, o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas e dos diferentes cursos do IFSul no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes. Preservando as condições emocionais e de saúde de cada estudante e servidor.

**Art. 6o.** O objetivo da ~~instituição para~~ implantação das APNPs **no instituto** se dá, dentre outros, pelos seguintes motivos:

- I. ~~Garantir~~ Promover a qualidade ~~do desenvolvimento das atividades de ensino e das aprendizagens dos estudantes sendo um calendário Acadêmico alternativo (e curto) 2020/1; atendendo apenas o ano de 2020~~ primeiramente ~~do calendário acadêmico de 2020 e consequentemente dos calendários acadêmicos de períodos a.~~
- II. Evitar qualquer tipo de ~~maiores~~ prejuízos ao processo educacional dos estudantes do IFSul, sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento social causado pela pandemia.
- III. ~~Atenuar~~ **Contribuir para que não haja** evasão escolar bem como a diminuição dos danos biopsicossociais e pedagógicos de estudantes e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- IV. **Dar oportunidade e inclusão a todos os estudantes, para que utilizem os ambientes virtuais de aprendizagem através de capacitação apropriada. Mas não presenciais, sem exceção, podendo a Instituição responder judicialmente por dolo.**

## **TÍTULO V**

### **DA NATUREZA E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS**

**Art. 7o.** As atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) ocorrerão extraordinariamente e em caráter emergencial exclusivamente em virtude da pandemia da Covid-19 e os impactos da mesma nas atividades da instituição, em acordo com as normativas vigentes e sem se confundirem, portanto, com a Educação a Distância ou com atividades à distância previstas em cursos presenciais.

**Parágrafo único:** Em decorrência do caráter extraordinário supracitado, as mesmas não impactarão na necessidade de mudanças ou adequações nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, Organização Didática e demais normativas que regem as atividades de ensino da instituição.

~~/Art. 8º. Para a formalização das APNPs a ferramenta oficial será a plataforma Moodle, acrônimo de "Modular *Object-Oriented Dynamic Learning Environment*", que consiste em um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual de aprendizagem (AVA) já adotado institucionalmente nos Cursos de Educação a Distância do IFSul.~~

~~§ 1º. A finalidade de adotar um AVA único em todas as unidades do IFSul, (câmpus do IFSul e Centro de Referência em Educação Profissional e Tecnológica - CREPT) é para que toda a comunidade tenha a sistematização das APNPs em um único local para facilitar o acesso aos estudantes e o monitoramento pela PROEN da implantação e execução das mesmas.~~

~~§ 2º. Os câmpus poderão adotar outro AVA padrão em substituição ao Moodle Institucional, desde que se responsabilizem pela gestão, capacitação, suporte e garantia de disponibilidade.~~

~~§ 3º. De acordo com o AVA adotado, esta deverá ser a única ferramenta para todas as modalidades de ensino do câmpus./~~

**Art. 8º.** O IFSUL oferecerá, para os cursos que quiserem, acesso e suporte ao Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, acrônimo de "*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*", que consiste em software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual de aprendizagem (AVA) já adotado institucionalmente nos Cursos de Educação a Distância do IFSul.

**§ 1º.** As APNPs não configuram Educação à Distância e, então, o uso de AVAs é dispensável.

**§ 2º** Os colegiados dos cursos, juntamente os representantes de turma e curso, terão autonomia para adotarem, ou não, conforme o planejamento coletivo jun, um AVA.

**§ 3º** Caso adotem um AVA diferenciado, em substituição ao Moodle, os colegiados deverão se responsabilizar pela gestão, capacitação e suporte do mesmo.

**§ 4º.** A decisão de usar ou não um AVA e qual utilizar, deverá ter em conta as dificuldades e potencialidades que o mesmo pode ter para atender determinado grupo de estudantes, por isso cada curso, juntamente com representantes discentes, tomarão as decisões pedagogicamente.

**Art. 9º.** ~~Para a consecução do objetivo do parágrafo 1º do artigo anterior.~~  
Caberá a Pró-reitoria de Ensino do IFSul (PROEN) através do seu Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias (DETE) em articulação com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), ações integradas como as seguintes:

I. Prover os AVAs para todas as unidades do IFSul, em único endereçamento virtual.

II. Fomentar a criação da figura de um gestor responsável pelos AVAs de cada unidade do IFSul.

III. Disponibilizar tutoriais de uso dos AVAs aos Departamentos/Coordenações de Educação a Distância, Coordenações de Tecnologia da Informação ou responsáveis pelos AVAs de cada câmpus e do CREPT.

IV. Capacitar os gestores responsáveis pelos AVAs para a aplicação das atividades previstas nos tutoriais.

**Art. 10.** Os tutoriais do uso do AVA, elaborados pela PROEN, auxiliarão gestores dos câmpus e do CREPT em variadas atividades de relevância, tais como:

I. Criar componentes curriculares, bem como cadastrar docentes e estudantes;

II. Criar turmas dos estudantes;

III. Cadastrar usuários em lote e outras demandas que são de responsabilidade dos gestores do Moodle;

IV. Dar suporte virtual aos gestores dos AVAs de cada Câmpus em relação às dúvidas;

V. Assessorar na indicação de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação para auxiliar nos processos educacionais.

**Art. 11.** Aos Câmpus do IFSul e ao CREPT, caberá as seguintes funções:

- I. Indicar um ou mais responsáveis para a gestão do AVA; <sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- II. Criar os componentes curriculares de cada curso; <sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- III. Cadastrar estudantes e docentes; <sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- IV. Dar suporte aos docentes para utilização do *Moodle* e Tecnologias <sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- V. Digitais da Informação e Comunicação;
- VI. Dar suporte aos estudantes quanto ao acesso ao Moodle; <sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- VII. Comunicar aos estudantes que as aulas serão ministradas via AVA; <sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- VIII. Disponibilizar apoio pedagógico para a elaboração de metodologias e <sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub> materiais pedagógicos desenvolvidos especificamente para o uso no contexto particular da APNPs.

**Art. 12.** Os Câmpus e o CREPT deverão apresentar um protocolo de dados quantitativos e/ou qualitativos (ANEXO II), por meio de pesquisas aplicadas com as informações necessárias para a tomada de decisões acerca das providências a serem tomadas junto à sua comunidade, de forma a garantir que todos tenham acesso para a aplicação das APNPs.

**§ 1o.** O protocolo de dados consistirá de uma coletânea de 17 (dezesete) itens podendo o câmpus ou o CREPT inserir outros itens, se julgar necessários para preservar a qualidade do ensino na aplicação das APNPs.

**§ 2o.** O protocolo de que trata esse artigo deverá ser aprovado **para cada curso pelas Comissões paritárias dos segmentos acadêmicos** ~~pelas instâncias competentes ou responsáveis~~ dos Câmpus ou do CREPT e serem submetidos posteriormente para análise da PROEN.

**§ 3o.** Em caso de deferimento a PROEN emitirá parecer favorável e encaminhará para aprovação pelo Conselho Superior do IFSul (CONSUP).

## **TÍTULO VI**

### **~~/CUMPRIMENTO DOS PROTOCOLOS DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM LABORATÓRIOS COM RECURSOS TECNOLÓGICOS NOS CÂMPUS OU CREPT/~~**

~~**Art. 13.** Em caso de dificuldade de cumprimento dos protocolos que se referem aos recursos de tecnologia, os câmpus e ou CREPT deverão destinar um espaço para os estudantes visando ao acesso a realização das APNPs.~~

~~**§ 1o.** Os estudantes sem acesso a recursos tecnológicos poderão acessar as dependências do Câmpus ou CREPT para uso em ambientes com recursos tecnológicos ou para retirada de materiais didáticos impressos ou mídias,~~



~~conforme escala de plantão estipulada pelos Câmpus, conforme item 9 do anexo II do protocolo.~~

~~§ 2º. Para o acesso às dependências da instituição deverão ser respeitados o plano de contingência do IFSul, o Decreto Estadual do RS No 55.292 de 04 de junho de 2020, a Portaria Conjunta SES-SEDUC 01/2020 e a legislação superveniente.~~

## **TÍTULO VII**

### **DO PLANEJAMENTO DO PROCESSO PEDAGÓGICO DE APNPs**

**Art. 14.** O processo pedagógico para aplicação das APNPs, deve contemplar:

**I.** Análise dos perfis das turmas baseando-se em pesquisas e escutas realizadas com os estudantes;

**II.** Desenvolvimento de projetos integrados, de acordo com as possibilidades curriculares dos cursos;

**III.** Reorganização de planos de ensino considerando o atendimento de todos os estudantes;

**IV.** Definição de componentes curriculares que serão ofertados simultaneamente em cada curso, **em um máximo de cinco componentes curriculares por vez, com limite de duas horas de atividades diárias; considerando critérios de razoabilidade;**

**V.** Organização da metodologia de práticas pedagógicas no que se refere a avaliação da aprendizagem, tais como realização de avaliações, recuperações paralelas, reavaliações e conselhos de classe;

**VI.** Ações na perspectiva de incluir os estudantes que não tem acesso a internet e/ou computadores;

**VII.** Proposição de estratégias no planejamento para a garantia do acesso ao currículo e a condições efetivas de permanência e êxito para todos os estudantes;

**VIII.** Construção de metodologia de atendimento discente individualizado, de acompanhamento familiar, biopsicossocial e pedagógico;

**IX.** Estruturação de metodologias para adequação das demais atividades acadêmicas, como Trabalho de Conclusão de Curso, estágios, projetos de ensino, pesquisa e extensão ao contexto das APNPs;

**X.** Definição de atividades síncronas e assíncronas de cada componente curricular e/ou projeto, tomando as devidas precauções com relação à complexidade relacionada ao uso de cada abordagem;

**XI.** Construção de Planos e roteiros de atividades;

**XII.** Planejamento da Ambientação docente e discente na plataforma definida;

**Art. 15.** As atividades que poderão ser desenvolvidas como recursos nas APNPs são:

**I.** Realização de testes on-line ou por meio de material impresso para aqueles que não tem acesso ao material no AVA;

**II.** Utilização, quando possível, de horários de rádio ou TV aberta com programas educativos para adolescentes e jovens;

III. Realização de encontros online por meio de ferramentas de videoconferência, tais como rede federada (webconf) ou Google Meet;

IV. Distribuição de vídeos educativos, de curta duração, por meio de plataformas digitais, mas sem a necessidade de conexão simultânea, /seguidos de atividades a serem realizadas com a supervisão dos pais;/

V. Realização de estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outros;

VI. Utilização de mídias sociais de longo alcance (*WhatsApp, Telegram, Facebook, Instagram* etc.) para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais;

VII. Organização e adaptação das atividades preponderantemente práticas momentaneamente por laboratórios de simulação virtual e em conformidade com a realidade local ou postergá-los para o momento de retorno presencial; **A ideia é válida desde que não substitua as aulas práticas.**

**Art. 16.** Nos /~~caso de~~/ cursos **técnicos**, de graduação de licenciatura, bacharelado e tecnologia, os cursos, disciplinas, etapas, metodologias adotadas, recursos de infraestrutura tecnológica disponíveis às interações práticas ou laboratoriais não presenciais especialmente serão anexados como plano de atividades e, **após aprovação no colegiado do curso, juntamente a representantes discentes** será apensado nos seus PPCs. ~~de curso e os mesmos após aprovados, nas instâncias internas, a PROEN enviará toda a documentação à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).~~

~~**Art. 17.** Adoção de regime de exercícios domiciliares para estudantes que testarem positivo ou que comprovadamente sejam do grupo de risco, conforme Organização Didática do IFSul./~~

## TÍTULO VIII<sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>

### DO ATENDIMENTO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

**Art. 18.** Entende-se por estudantes com necessidade específica aqueles que apresentam:

- I. Deficiência: caracterizada por impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial;
- II. Transtorno do Espectro Autista; <sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- III. Transtornos da aprendizagem; <sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- IV. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); <sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- V. Altas habilidades/superdotação; <sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>
- VI. Impedimentos temporários ou intermitentes de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

**Art. 19.** As APNPs *devem* levar em consideração as singularidades de cada estudante, principalmente aqueles que apresentam necessidade específica e para isso *devem* seguir as orientações da Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul e a Instrução Normativa no 03/2016.

**Art. 20.** O planejamento e a execução das APNPs são de responsabilidade de docentes, apoiados pela equipe do NAPNE, equipe multidisciplinar (orientação, supervisão pedagógica, psicologia e assistência social) e coordenação de curso.

**Art. 21.** Para estudantes com necessidades específicas, docentes deverão adequar o plano de atividades, realizando a prévia adaptação e a flexibilização do material didático, do processo avaliativo e da metodologia de ensino, para que atenda às suas necessidades específicas, conforme Anexo III.

**Art. 22.** Docentes, equipe pedagógica e integrantes do NAPNE deverão estreitar a comunicação, visando potencializar o processo de ensino e aprendizagem, bem como desenvolver, de forma colaborativa, os materiais que atendam às necessidades específicas de estudantes.

**Parágrafo único:** Além das adequações metodológicas previstas, o cronograma de datas para realização e entrega das atividades deverá ser adaptado, quando necessário, considerando as necessidades específicas dos estudantes.

**Art. 23.** Será assegurada a estudantes com necessidades específicas a adequação do tempo, do modo, da ferramenta de ensino e de avaliação para as APNPs, com a adoção de medidas de acessibilidade, sempre que possível considerando os princípios do Desenho Universal, suas limitações e a promoção do seu aprendizado, além do diálogo com a equipe do NAPNE.

**Art. 24.** Com apoio da equipe pedagógica (preferencialmente, o setor de Orientação Educacional e/ou Atendimento Educacional Especializado) e NAPNE, no que diz respeito às APNPs, será oferecido acompanhamento e orientação aos familiares/responsáveis pelos estudantes com necessidades específicas, visto que atuarão como coadjuvantes nas orientações das atividades pedagógicas.

**Art. 25.** Nos casos em que não for possível o acesso desses estudantes às APNPs, após terem sido esgotados os meios propostos e consideradas suas condições de saúde física e mental, caberá a coordenação de curso, com docentes, equipe pedagógica e o NAPNE, criar estratégias para assegurá-las por ocasião do retorno às atividades presenciais.

## **TÍTULO IX**

### **DOS DIREITOS AUTORAIS PELA ELABORAÇÃO DE APNPs**

**Art. 26.** Os recursos educacionais usados ou produzidos devem respeitar o previsto na Lei nº 9.610/1998, sobre direitos autorais e recomenda-se o uso e compartilhamento público de conteúdos educacionais digitais produzidos pelo Repositório de Recursos Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.

**Art. 27.** Os conteúdos educacionais digitais compartilhados devem possuir os devidos termos de cessão de direitos autorais e autorização de uso de imagem, voz e nome, a serem disponibilizados pelo Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias da Pró-reitoria de Ensino.

## **TÍTULO X**

### **DA REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ACADÊMICO**

**Art. 28.** A reorganização do calendário acadêmico é necessária para execução da reposição, pois visa garantir a realização de atividades acadêmicas para fins de atendimento dos objetivos de aprendizagem previstos nos currículos da educação básica e do ensino superior, atendendo ao disposto na legislação e normas correlatas sobre o cumprimento da carga horária. **Em função do cenário pandêmico, o calendário letivo terá tempos diferenciados.**

**Art. 29.** Os câmpus do IFSul e o CREPT terão autonomia na elaboração do calendário acadêmico e dessa forma, devem retornar no mesmo período podendo utilizar retornos escalonados entre níveis, turmas e componentes curriculares.

**§ 1o.** Independentemente das abordagens adotadas para elaboração do calendário acadêmico e do término de atividades de turmas específicas, as atividades acadêmicas de um campus ou do CREPT deverão terminar em data única.

**§ 2o.** O Calendário acadêmico deverá priorizar o cumprimento integral da carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico de Curso para o período letivo, **que poderá ter tempos diferenciados.**

**§ 3o.** Na ordem cronológica de organização das turmas que iniciarão as APNPs dar-se-á preferência, quando possível, aos estudantes concluintes.

~~**§ 4o.** Os cursos poderão ampliar suas cargas horárias semanais típicas em até 25%, sendo que no cômputo dessa carga horária devem ser preservados os domingos e feriados, de acordo com a seguinte fórmula matemática: Carga horária semanal do período letivo do curso x 1,25.~~

## **TÍTULO XI**

### **DO PLANO DE ATIVIDADES DAS APNPs**

**Art. 30.** A organização das APNPs é de responsabilidade dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), Colegiados dos Cursos ou Comissões de Elaboração e/ou Implementação de PPC com suas composições completas de acordo com suas normativas, em reunião conjunta, quando se tratar de curso superior de Graduação e cursos Técnicos, sendo esta organização instrumentalizada por meio de Planos de Atividades (PAT), conforme item 17 do Anexo II que farão a composição do protocolo do Câmpus ou CREPT.

**Parágrafo único:** Para os cursos sem colegiado formalmente constituídos subentende-se a totalidade de professores do curso, **representação dos TAE e**

Representação discente, e representação estudantil eleita como: Grêmio Estudantil e Centros Acadêmicos, como responsáveis pelas atividades previstas no presente artigo.

**Art. 31.** Os PATs serão uma estratégia de formalização do processo formativo para o estudante no contexto do calendário reorganizado, com ampla divulgação no AVA e nos canais oficiais dos campus. Deverão ter as seguintes características:

§ 1o. Organização por curso contemplando as especificidades das respectivas turmas, do câmpus ou CREPT, estabelecendo a metodologia de ensino e de aprendizagem utilizada, bem como informar os meios que utilizará para acompanhamento.

§ 2o. Estratégias de inclusão dos estudantes com necessidades especiais e com dificuldades de acessibilidade, bem como indicar as ações de acompanhamento e orientações aos estudantes com necessidades específicas já organizadas e disponibilizadas pelos NAPNEs de cada campus com apoio do Departamento de Educação Inclusiva da Pró-reitoria de Ensino do IFSul.

§ 3o. O plano de ensino do docente com a sua reorganização contendo a sistematização das APNPs no AVA, bem como as metodologias, avaliação, os horários destinados aos atendimentos, as formas de recuperação da aprendizagem e reavaliações (contínua e paralela) bem como a sistematização das APNPs respeitando as ementas, de forma a garantir o cumprimento do PPC e a qualidade do curso.

**Art. 32.** Os PATs, elaborados conforme os Arts. 30 e 31, deverão ser encaminhados à Pró-reitoria de Ensino do IFSul, com parecer favorável da equipe pedagógica, da Comissão dos segmentos acadêmicos e direção dos campi campus e CREPT para serem apensados aos PPCs e arquivados, com as



~~informações a serem repassadas à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) e à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).~~

**Parágrafo único:** Os responsáveis legais pelos estudantes menores de idade deverão acusar ciência do PAT do curso.

**Art. 33.** Se de forma extraordinária persistirem impossibilidades do estudante maior de idade acompanhar as APNPs, deverão ser garantidos os direitos acadêmicos, permitindo ~~o trancamento de~~ **a suspensão da matrícula e que, mesmo nesta situação, o aluno tenha seus benefícios de assistência estudantil garantidos**, mesmo no primeiro período letivo, para todos os cursos, sem que este período seja contabilizado no prazo para integralização.

## **TÍTULO XII**

### **MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA OS ESTUDANTES CONCLUINTES**

**Art. 34** Os Câmpus do IFSul e o CREPT poderão adotar medidas específicas para os estudantes concluintes que estejam com a matriz curricular do curso no semestre/ano integralizada ou dependendo apenas da realização de estágio, TCC ou atividades complementares para a efetiva integralização do curso a fim de garantir com brevidade a conclusão dos mesmos, reduzindo o prejuízo causado pela suspensão do calendário acadêmico e para isso:

**Parágrafo único:** A Coordenação do curso deverá fazer um plano de atividades específico e encaminhar às instâncias competentes para apreciação e aprovação.

## **TÍTULO XIII**

## **DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E PROJETOS INTEGRADORES**

**Art. 35.** Fica autorizada a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou do Projeto Integrador por meios de webconferências. A aprovação ocorrerá pela

defesa perante a banca avaliadora e encaminhamento do texto final e quanto a comprovação das orientações, poderá ser realizada mediante declaração do docente orientador.

### **TÍTULO XIV<sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>**

## **DO PERÍODO DE AMBIENTAÇÃO**

**Art. 36.** Entende-se por período de ambientação o tempo necessário para que os Câmpus e o CREPT realizem atividades de formação para seus servidores e estudantes ~~para uso de AVA~~ para desenvolvimento das APNPs, bem como a realização de atividades de acolhimento da comunidade escolar de resgate dos conteúdos trabalhados anteriormente a suspensão do calendário acadêmico.

### **TÍTULO XV<sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>**

## **DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Art. 37.** O IFSul estará em constante acompanhamento da situação da pandemia causada pela Covid-19 e havendo melhorias nas condições sanitárias e a possibilidade de retorno com atividades presenciais, mediante autorização legal, serão realizados estudos de outras formas de ensino, onde novas diretrizes deverão ser discutidas.

**Considerações:**

As Representações Estudantis dos cursos superiores de Gestão Ambiental, Saneamento Ambiental, Grêmio Estudantil, Tecnologia em Sistemas para Internet, Pós-Graduação. (As demais Representações estudantis enviaram por si ou com suas respectivas Coordenações.)

Em consenso, decidiram por enviar as sugestões para a construção da proposta de diretrizes, mas chamamos a atenção para a prazo curto e para a falta de informação aos estudantes num geral e familiares, estamos num contexto de pandemia, com o sistema de saúde pública próximo do colapso, com estudantes em situações de carência e vulnerabilidade social, pensar uma proposta sem que se respeite isso, não é moral.

Todos os estudantes têm direito à saúde, de proteção, direito constitucional à vida. Por isso e por solidariedade aos nossos colegas, não concordamos com o ensino remoto ou aulas online-ead que não contemplem todos. É também direito constitucional ter acesso à uma educação igualitária, respeitando e atenuando as diferenças, não ampliá-las. Antes de tudo a proposta deve ser humana. Atender todos os estudantes, servidores, taes, da forma mais humanista possível. É um grande momento do IFSUL voltar às suas origem que é social e pensar em atender as minorias, não colocá-las em risco, nem sob pretexto de reduzir as desigualdades. Somos contra a abertura de laboratórios ou qualquer tipo presencial de atividades. Além disso, solicitamos uma pesquisa mais ampliada, mais tempo para construir a proposta e plenárias com todos os estudantes e seus representantes. Devemos todos nessa fase, buscar as melhores soluções e políticas inclusivas, não conteudismo.

No caso dos colegas formandos, o texto não prevê que serão atendidos de imediato, o que seria o justo e já requerido a Gestão.

Reforçamos que o documento deve ser em caráter experimental, de curta duração, não regra para os próximos semestres e que todas as representações estudantis, e demais da comunidade Acadêmica, além dos estudantes, façam parte dessas construções.